



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

Emenda nº - CRA
(PL nº 510 de 2021)

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 6º, do art. 6º Lei 11.952, de 25 de junho de 2009, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 510, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 2º**.....

‘**Art. 6º**.....

§ 6º São ratificados os registros imobiliários referentes a imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras expedidos pelo Distrito Federal e pelos Estados em áreas da União, fora da faixa de fronteira, incluindo os seus desmembramentos e remembramentos, devidamente inscritos no Registro de Imóveis até 10 de dezembro de 2019, limitada a área convalidada de cada título ao limite de dois mil e quinhentos hectares exceto os registros imobiliários referentes a imóveis rurais:

I - cujo domínio esteja sendo questionado ou reivindicado na esfera judicial por órgão ou entidade da administração federal direta e indireta;

II - que sejam objeto de ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária ajuizadas até 10 de dezembro de 2019.

III – que estejam localizados nas áreas indicadas nos incisos I a IV do art. 4º desta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

A ratificação automática de registros de imóveis com áreas de até 2.500 hectares, localizados em qualquer parte do território nacional, tituladas em terras da União pelos Estados e o DF, não atende ao interesse público à medida que a Constituição Federal estabelece em seu art. 188 que a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Deste modo, ratificar registros de forma automática, sem critérios que garantam que as terras serão destinadas atendendo ao mandamento constitucional, em especial, pelo





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

risco que esses imóveis estejam localizados sobre terras indígenas, territórios quilombolas, unidades de conservação ou mesmo que sejam de interesse para a reforma agrária.

Além disso, a proposta não leva em consideração os problemas existentes nos registros cartoriais do país – precariedade dos registros, imprecisão de limites - bem como pela possibilidade concreta de sobreposição com áreas protegidas ou entre imóveis particulares o que acarretará o acirramento de conflitos fundiários e de disputas judiciais.

A proposta altera o dispositivo para que salvaguardas necessárias sejam observadas para que não haja equívocos e erros que levem a nulidade processual.

A redação como proposta poderá trazer insegurança jurídica à medida que estará incompatível com diversos dispositivos legais e constitucionais. O art. 45 da Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, em seu inciso VI, veda, nos processos de desapropriação em Unidades de Conservação destinadas ao domínio público, a indenização de áreas que não tenham prova de domínio inequívoco e anterior à criação da unidade. Ademais, ainda que a titulação irregular, feita pelo ente federativo não detentor do domínio do imóvel, tenha sido anterior à criação da unidade de conservação estar-se ia embaraçando e onerando o processo de regularização fundiária nas unidades de conservação, que já sofrem com limitações operacionais e orçamentárias. Nos mesmos moldes, a CF determina em seu art. 231, § 6º, que são nulos de pleno direito títulos incidentes em terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, de modo que restaria incoerente ratificar de forma automática os títulos existentes nestas áreas.

Desta forma, a redação hora proposta ficará coerente com o arcabouço jurídico pátrio, e, considerando uma interpretação sistemática, com a redação vigente do art. 4 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.

Ressalte-se que não se inviabiliza a ratificação feita pelo INCRA, que poderá ser concedida mediante um processo com a dilação probatória que estas áreas sensíveis carecem de ter, analisando, no caso em concreto, se o título é passível de ser ratificado.

Por tais motivos, intentamos incluir o referido dispositivo proposto nos termos do PL nº 510, de 2021.

Sala da comissão.

SENADOR JAQUES WAGNER
PT – BA



SF/21549.79707-03